



# Rendimento de todas as fontes 2021

ISBN 978-85-240-4533-2  
© IBGE, 2022

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes não oriundas do trabalho das pessoas residentes no Brasil<sup>1</sup>.

Dada a importância, o peso e a variabilidade dos rendimentos do trabalho, na PNAD Contínua sua captação é feita de duas formas. A primeira se refere ao rendimento bruto recebido no mês de referência pelo trabalho, classificado como rendimento efetivo do trabalho. A segunda forma se refere ao rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho, classificado como rendimento habitual do trabalho. Ambos são investigados em todas as entrevistas para moradores de 14 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência.

O rendimento de outras fontes<sup>2</sup>, por outro lado, é pesquisado na primeira e na quinta entrevista, para todos os moradores do domicílio, e o valor considerado é o recebido no mês de referência da pesquisa.

Para efeito da presente análise, utilizam-se as informações dos rendimentos habitualmente recebidos de todos os trabalhos e dos recebidos de outras fontes no mês de referência, deflacionados<sup>3</sup> a preços médios de 2021. Adicionalmente, para o cálculo dos indicadores, são considerados os dados acumulados de primeira entrevista, entre 2012 e 2019, e os de quinta entrevista em 2020 e 2021, devido ao melhor aproveitamento da amostra desta durante o período de pandemia do novo coronavírus<sup>4</sup>.

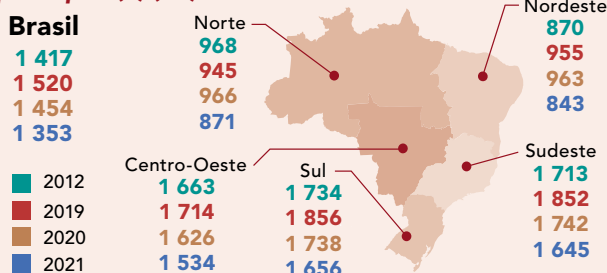
<sup>1</sup> Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>.

<sup>2</sup> O rendimento proveniente de outras fontes é composto pelo rendimento efetivamente recebido no mês de referência, de: programas sociais do governo (Programa Bolsa Família, BPC-LOAS, outros programas sociais do governo); aposentadoria ou pensão de instituto de previdência oficial federal, estadual, municipal, ou do governo federal, estadual, municipal; aluguel e arrendamento; seguro-desemprego ou seguro-defeso; pensão alimentícia, doação e mesada de não morador; e outros rendimentos, em que estão incluídos rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, direitos autorais, exploração de patentes etc.

<sup>3</sup> Os indicadores de rendimento do trabalho investigados pela PNAD Contínua são divulgados em termos nominais e em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE. Para informações complementares, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD Contínua*. Rio de Janeiro, 16 out. 2018. 3 p. Nota técnica out./2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: abr. 2022.

<sup>4</sup> Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre os rendimentos de todas as fontes 2020*. Rio de Janeiro, 19 nov. 2021. 3 p. Nota técnica 05/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: abr. 2022.

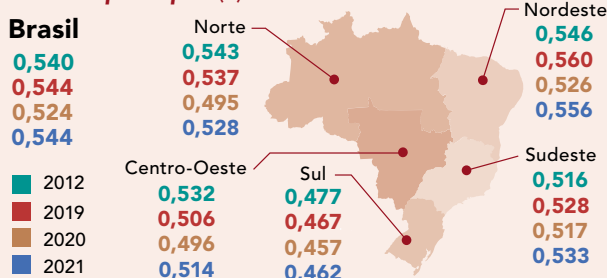
## Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (1) (R\$)



## Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

	2012	2019	2020	2021
Todos os trabalhos (2)	75,7	74,4	72,8	75,3
Aposentadoria e pensão	16,5	18,7	17,6	18,2
Aluguel e arrendamento	2,3	2,4	1,5	1,7
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	1,2	0,8	0,9
Outros rendimentos	4,4	3,4	7,2	4,0

## Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (3)



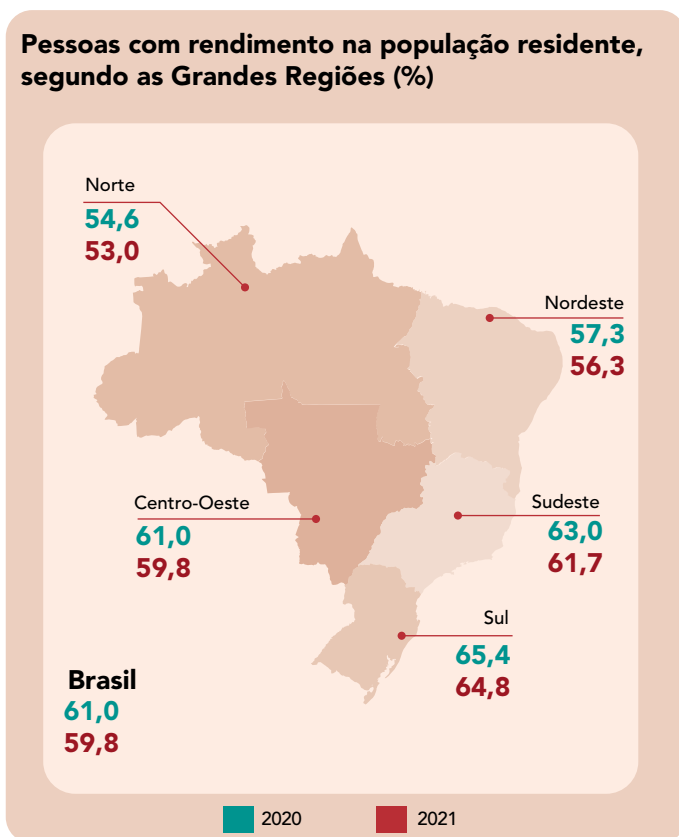
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.  
(1) A preços médios de 2021. (2) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. (3) A preços médios do ano.

Os resultados do presente informativo incorporam a reponderação da PNAD Contínua ocorrida em 2021, que considera os totais populacionais por sexo e grupo etário com o uso de projeções populacionais baseadas em dados do Censo Demográfico 2010<sup>5</sup>.

## População residente com rendimento

Em 2021, havia 212,7 milhões de pessoas residentes no País, ante 197,7 milhões em 2012. A Região Sudeste concentrava a maior parte da população (42,1%), seguida das Regiões Nordeste (27,1%), Sul (14,3%), Norte (8,7%) e Centro-Oeste (7,8%).

Do total de pessoas residentes no Brasil em 2021, 127,1 milhões (59,8%) possuíam algum tipo de rendimento. A Região Sul (64,8%) apresentou a maior estimativa em todos os anos da série histórica iniciada em 2012, enquanto as Regiões Norte e Nordeste, as menores (53,0% e 56,3%, respectivamente). Na comparação com 2020, todas as Grandes Regiões apresentaram redução do percentual de pessoas com rendimento no total da população residente.



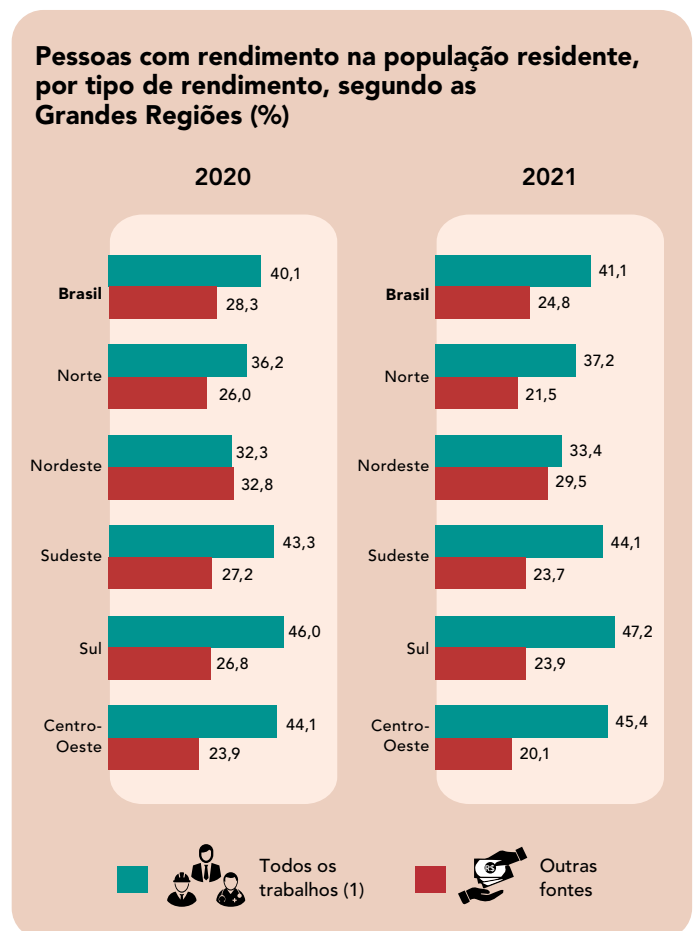
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021.  
Nota: Acumulado de quintas visitas.

<sup>5</sup> Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre a divulgação da reponderação da PNAD Contínua em 2021*. Rio de Janeiro, 20 out. 2021. 5 p. Nota técnica 03/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: abr. 2022.

## Distribuição das pessoas por tipo de rendimento recebido

Em 2021, o contingente de pessoas que possuíam rendimento de todos os trabalhos correspondia a 41,1% da população residente (87,5 milhões), *vis-à-vis* 40,1% (84,7 milhões) em 2020. Por outro lado, 24,8% dos residentes (52,8 milhões) possuíam algum rendimento proveniente de outras fontes em 2021, enquanto, em 2020, essa estimativa era de 28,3% (59,7 milhões).

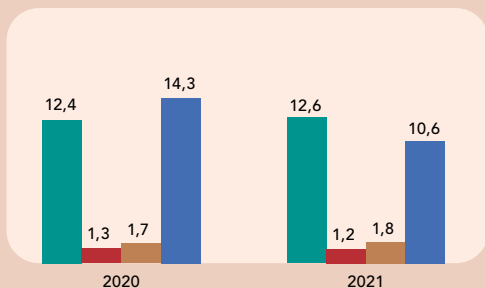
No primeiro ano da pandemia de COVID-19, observou-se redução do peso do trabalho e aumento de outras fontes de rendimento, no entanto, entre 2020 e 2021 o movimento foi oposto. A tendência de aumento da parcela correspondente ao rendimento do trabalho e queda do peso do rendimento de outras fontes ocorreu em todas as Grandes Regiões. Contudo, o aumento do peso do trabalho não compensou a queda da parcela da população recebendo rendimento de outras fontes, o que levou à continuidade da redução do percentual da população com algum tipo de rendimento, iniciada em 2020.



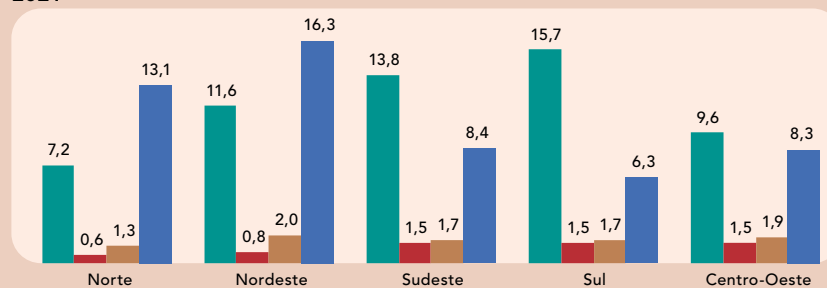
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021.  
Nota: Acumulado de quintas visitas.  
(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

## Pessoas com rendimento proveniente de outras fontes, na população residente, por tipo de rendimento (%)

Brasil  
2020-2021



Grandes Regiões  
2021



Aposentadoria ou pensão



Aluguel e arrendamento



Pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador



Outros rendimentos

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021.

Nota: Acumulado de quintas visitas.

Regionalmente, a Região Sul permanecia com o maior percentual de pessoas com rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos (47,2%). A Região Nordeste, por outro lado, registrava o menor percentual de pessoas com rendimento recebido de todos os trabalhos (33,4%) em 2021 e o maior percentual daquelas que recebiam de outras fontes (29,5%).

Dentre os componentes dos rendimentos de outras fontes, a categoria aposentadoria e pensão manteve a principal estimativa: 12,6% (26,7 milhões de pessoas) da população residente recebia este rendimento em 2021; seguida por outros rendimentos: 10,6% (22,6 milhões de pessoas). Com percentuais bem menores, seguiam as categorias de aluguel e arrendamento (1,2%) e pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (1,8%).

Entre 2020 e 2021, destaca-se a redução da proporção da população recebendo outros rendimentos, de 14,3% para 10,6%, única rubrica que aumentou no primeiro ano da pandemia, entre 2019 e 2020, devido ao pagamento do auxílio emergencial. No entanto, a parcela da população que ainda recebe outros rendimentos se manteve maior que a estimada para 2019 (7,8%).

Nas análises regionais, os resultados mostraram que, nas Regiões Norte e Nordeste, os percentuais de pessoas que recebiam outros rendimentos (13,1% e 16,3%, respectivamente) se destacavam dentre aqueles observados nas demais Regiões, com valores superiores à média do País (10,6%). Observa-se que o percentual de pessoas que recebiam outros rendimentos nessas Regiões, também, foi superior ao daquelas que recebiam quaisquer das outras fontes de rendimento não oriundas do trabalho. Esse cenário pode ser explicado, em parte, pelo perfil etário mais jovem de sua população, se comparada às demais Regiões, e ao fato de apresentarem significativa parcela de beneficiários de programas sociais.

A categoria aposentadoria e pensão registrou os maiores percentuais nas Regiões Sudeste (13,8%), Sul (15,7%) e Centro-Oeste (9,6%), que têm uma população mais envelhecida.

## Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento

### De todas as fontes

Observando-se a série histórica, de 2012 a 2014, o rendimento médio real de todas as fontes teve crescimento de 4,9% (de R\$ 2 369 para R\$ 2 484). Em 2015, contudo, a estimativa sofreu queda de 2,9% e passou a ser de R\$ 2 412. Em 2016 e 2017, o comportamento foi de relativa estabilidade, seguida pelo crescimento de 2,6% entre 2017 e 2018, quando passou de R\$ 2 409 para R\$ 2 472, e por estabilidade em 2019 (R\$ 2 471). Com a pandemia do novo coronavírus, o rendimento médio de todas as fontes sofreu uma queda de 3,4% em 2020 e de 5,1% em 2021, sendo estimado em R\$ 2 265 neste último ano.

Em 2021, o rendimento médio mensal real de todas as fontes se apresentou de maneira bastante distinta entre as Grandes Regiões do Brasil: a Região Sudeste registrou o maior valor (R\$ 2 667), seguida pelas Regiões Centro-Oeste (R\$ 2 565) e Sul (R\$ 2 556), enquanto o menor foi verificado na Região Nordeste (R\$ 1 497). De 2020 para 2021, a queda desse rendimento ocorreu principalmente nas Regiões Nordeste (10,9%) e Norte (7,0%).

### De todos os trabalhos

O rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos (calculado para as pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência), atingiu o maior valor da série em 2020 (R\$ 2 638), entretanto, foi estimado em R\$ 2 476 em 2021, registrando redução de 6,1% no período. Considerando a série histórica, após queda de 3,8% em 2015 frente

a 2014, o rendimento de todos os trabalhos ficou praticamente estável nos anos de 2016 e 2017, registrando posteriormente, em 2018, expansão de 2,2%. Entre 2018 e 2019, o rendimento médio de todos os trabalhos apresentou relativa estabilidade. Em 2020, primeiro ano da pandemia, o rendimento médio do trabalho cresceu 3,4%, contudo, em 2021, o rendimento médio voltou a retrair como possível resultado da expansão da informalidade na ocupação.

Assim como observado no rendimento total (todas as fontes), as Regiões Nordeste (R\$ 1 706) e Norte (R\$ 1 862) registraram os menores valores para o rendimento habitual do trabalho, ao passo que as Regiões Sudeste (R\$ 2 835), Centro-Oeste (R\$ 2 725) e Sul (R\$ 2 686), os maiores. Em relação ao ano de 2020, houve redução do rendimento habitual do trabalho em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Região Nordeste, cuja queda foi de 9,9% no período.

## De outras fontes

De 2012 (R\$ 1 547) a 2015 (R\$ 1 578) o rendimento médio mensal real proveniente de outras fontes acumulou ganho de 2,0%. Em 2016 (R\$ 1 556) registrou perda de 1,4%, que foi revertida nos dois anos seguintes – com expansão de 2,7% e 2,8%, respectivamente. Em 2019, a estimativa apresentou relativa estabilidade, atingindo o valor médio de R\$ 1 650, o maior da série. Em 2020, contudo, o rendimento de outras fontes registrou forte queda, de 15,4%, baixando para R\$ 1 396, tendência mantida em 2021, quando o rendimento médio de outras fontes foi estimado em R\$ 1 348, levando a estimativa ao menor valor da série histórica. O movimento de queda ocorreu, em maior medida, nas Regiões Norte (16,5%) e Nordeste (13,9%) e, em menor medida, na Região Centro-Oeste (2,4%). Nas Regiões Sudeste e Sul, por outro lado, houve discreto aumento do valor estimado para o rendimento de outras fontes (1,9% e 1,6%, respectivamente).

Dentre todas as categorias que compõem o rendimento proveniente de outras fontes, o item aposentadoria e pensão manteve-se como o de maior média em 2021 (R\$ 1 959), mesmo com retração recorde de 5,3% nesse ano. Em todas as Grandes Regiões, a aposentadoria e pensão também representava a categoria de maior valor, variando de R\$ 1 564 na Norte a R\$ 2 212 na Centro-Oeste. Regionalmente, a perda de valor foi generalizada entre 2020 e 2021, com destaque para a redução de 9,7% na Centro-Oeste.

Os rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento tiveram valor médio de R\$ 1 814, aumento de 3,7% quando comparado ao estimado para 2020 (R\$ 1 749). Em termos regionais, apenas na Região Nordeste houve redução do valor médio do rendimento de aluguel e arrendamento no período (queda de 12,7%). Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador totalizavam, em média, R\$ 667, valor 4,2% abaixo do estimado no ano anterior (R\$ 696). As Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores perdas nesse rendimento entre 2020 e 2021: 29,5% e 19,0%, respectivamente.

Em 2021, as pessoas que declararam possuir outros rendimentos, além dos anteriormente citados, recebiam R\$ 512, em média. Esse valor, se comparado ao estimado para 2020 (R\$ 732), apresentou a maior redução da série histórica (queda de 30,1%). A redução do valor médio de outros rendimentos entre 2020 e 2021 ocorreu em todas as Grandes Regiões, sobretudo nas Norte e Nordeste (queda de 41,8% e 38,1%, respectivamente), o que pode ter relação com as mudanças ocorridas no benefício do auxílio emergencial no segundo ano da pandemia de COVID-19.

## Rendimento do trabalho

### Massa de rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da população ocupada

Em 2021, o rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos resultou em uma massa mensal de rendimento de aproximadamente R\$ 216,7 bilhões, 3,1% menor que a estimada para 2020. Analisando a série histórica, a massa de rendimento teve movimento de expansão entre 2012 e 2014, com posterior queda entre 2015 e 2017 e recuperação de 6,2% entre 2017 e 2019, que foi interrompida em 2020 devido ao início da pandemia do novo coronavírus (redução de 5,6%). Contudo, frente a 2012, a massa de rendimento registrou expansão de 2,2%.

Dentre os fatores que ajudam a explicar a queda da massa de rendimento do trabalho da população ocupada, entre 2020 e 2021, está a redução do rendimento médio de todos os trabalhos, que preponderou sobre o aumento da população ocupada no período.

Por um lado, a população ocupada cresceu 3,2%, passando de 84,7 para 87,5 milhões de pessoas, o que não foi suficiente para recuperar as perdas ocorridas no início da pandemia, uma vez que, em 2019, a população ocupada totalizava 92,8 milhões de pessoas. Esse aumento de 2,8 milhões de pessoas na ocupação contribuiu para reduzir o rendimento médio do trabalho em 6,1%, o que se deve à entrada no mercado de trabalho de pessoas com menor remuneração, puxando a média do rendimento para baixo. No entanto, para justificar a queda da massa de rendimento no País entre 2020 e 2021, pesou mais a redução do rendimento médio que o aumento da ocupação.

Em termos regionais, a Região Sudeste continuou registrando a maior massa de rendimento do trabalho em 2021 (R\$ 112,0 bilhões), seguida pela Região Sul (R\$ 38,4 bilhões), cujo valor, no entanto, correspondia a 1/3 do registrado na primeira. A menor massa foi registrada pela Região Norte (12,9 bilhões). Em todas as Grandes Regiões houve tendência de queda da massa de rendimento do trabalho entre 2020 e 2021, explicadas pela redução do rendimento médio do trabalho.

## Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (R\$)

Grandes Regiões	Tipo de rendimento	Ano									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	Todas as fontes	2 369	2 426	2 484	2 412	2 402	2 409	2 472	2 471	2 386	2 265
	Todos os trabalhos (1)	2 446	2 528	2 605	2 505	2 514	2 505	2 559	2 551	2 638	2 476
	Outras fontes	1 547	1 543	1 571	1 578	1 556	1 598	1 642	1 650	1 396	1 348
	Aposentadoria e pensão	2 002	2 033	2 097	2 059	2 062	2 085	2 156	2 179	2 069	1 959
	Aluguel e arrendamento	1 938	1 820	1 896	2 011	1 866	1 877	1 847	1 843	1 749	1 814
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	662	715	723	710	693	707	718	697	696	667
	Outros rendimentos	728	687	631	668	620	647	648	651	732	512
Norte	Todas as fontes	1 893	1 866	1 884	1 841	1 707	1 758	1 892	1 768	1 768	1 644
	Todos os trabalhos (1)	2 012	1 991	2 019	1 965	1 844	1 899	2 002	1 871	1 955	1 862
	Outras fontes	1 052	1 040	1 071	1 055	965	1 011	1 167	1 087	992	828
	Aposentadoria e pensão	1 689	1 689	1 690	1 700	1 634	1 722	1 957	1 860	1 661	1 564
	Aluguel e arrendamento	1 615	1 891	1 665	1 764	1 238	1 210	1 625	1 274	1 141	1 286
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	581	530	650	567	604	540	588	596	550	388
	Outros rendimentos	523	478	518	518	453	464	500	469	693	403
Nordeste	Todas as fontes	1 553	1 604	1 657	1 637	1 599	1 632	1 615	1 662	1 680	1 497
	Todos os trabalhos (1)	1 640	1 718	1 772	1 728	1 707	1 754	1 724	1 759	1 893	1 706
	Outras fontes	1 010	1 017	1 041	1 075	1 059	1 084	1 077	1 140	1 078	928
	Aposentadoria e pensão	1 623	1 641	1 651	1 701	1 696	1 715	1 707	1 814	1 733	1 635
	Aluguel e arrendamento	1 246	1 266	1 401	1 525	1 405	1 349	1 321	1 403	1 357	1 184
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	469	465	474	457	455	470	449	464	478	387
	Outros rendimentos	437	437	455	465	423	442	439	432	670	415
Sudeste	Todas as fontes	2 752	2 823	2 908	2 825	2 856	2 802	2 913	2 901	2 764	2 667
	Todos os trabalhos (1)	2 772	2 872	2 987	2 869	2 923	2 833	2 933	2 915	2 997	2 835
	Outras fontes	1 944	1 929	1 969	1 975	1 947	1 977	2 047	2 030	1 633	1 664
	Aposentadoria e pensão	2 174	2 223	2 318	2 249	2 264	2 271	2 382	2 381	2 274	2 134
	Aluguel e arrendamento	2 239	2 036	2 179	2 320	2 069	2 161	2 085	2 114	1 965	2 061
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	811	920	936	941	857	885	876	826	815	874
	Outros rendimentos	1 137	1 011	858	924	929	924	934	945	790	649
Sul	Todas as fontes	2 680	2 751	2 797	2 689	2 662	2 727	2 755	2 776	2 657	2 556
	Todos os trabalhos (1)	2 704	2 796	2 869	2 744	2 722	2 765	2 788	2 835	2 842	2 686
	Outras fontes	1 810	1 826	1 860	1 823	1 783	1 896	1 907	1 851	1 605	1 631
	Aposentadoria e pensão	2 046	2 095	2 167	2 069	2 042	2 126	2 151	2 115	2 012	1 982
	Aluguel e arrendamento	2 058	1 861	1 870	1 914	2 008	1 929	1 852	1 743	1 760	1 926
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	705	777	780	786	752	799	889	824	819	798
	Outros rendimentos	928	915	816	918	775	890	843	844	802	549
Centro-Oeste	Todas as fontes	2 758	2 816	2 847	2 735	2 693	2 785	2 793	2 755	2 665	2 565
	Todos os trabalhos (1)	2 846	2 890	2 950	2 827	2 761	2 838	2 851	2 776	2 865	2 725
	Outras fontes	1 698	1 749	1 740	1 723	1 796	1 850	1 830	1 919	1 516	1 480
	Aposentadoria e pensão	2 476	2 396	2 470	2 423	2 524	2 484	2 527	2 686	2 450	2 212
	Aluguel e arrendamento	1 725	1 697	1 795	1 779	1 828	1 766	1 704	1 758	1 572	1 674
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	713	695	658	717	743	744	725	675	692	696
	Outros rendimentos	700	875	740	719	682	786	712	722	727	568

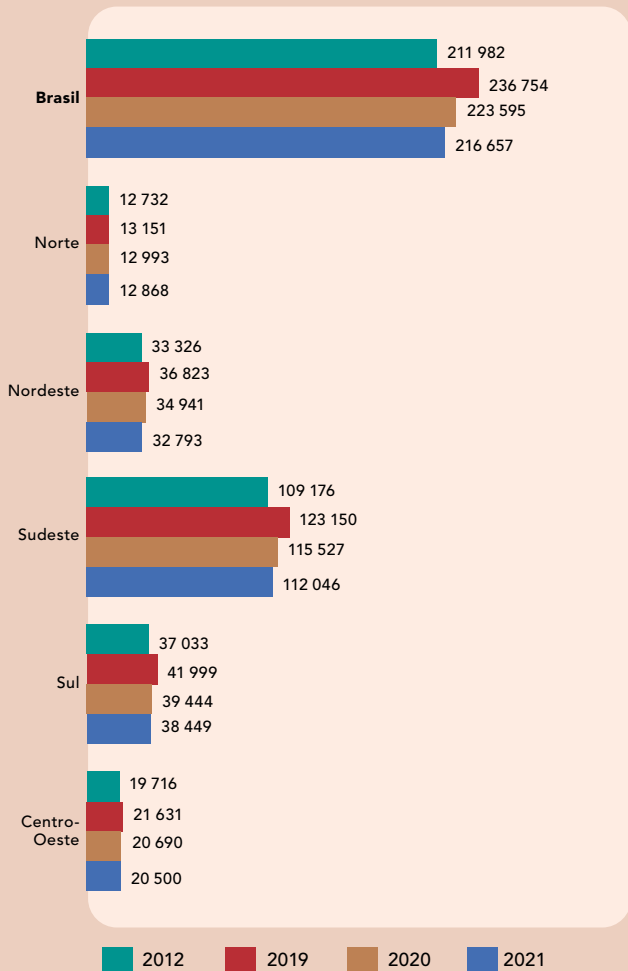
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Notas: 1. A preços médios de 2021.

2. Para o período 2012-2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

### Massa do rendimento mensal real de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões (milhões R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021

- Notas: 1. A preços médios de 2021.  
 2. Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.  
 3. Para o período 2012/2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

### Índice de Gini<sup>6</sup> do rendimento médio mensal real recebido de todos os trabalhos

O índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos foi de 0,499 em 2021, praticamente o mesmo do ano anterior (0,500). Entre 2012 e 2015 houve uma tendência de redução deste indicador, passando de 0,504 para 0,490. A partir de 2016, entretanto, o índice voltou a aumentar para 0,498, valor no qual se manteve em 2017, e, em 2018 e 2019, registrou-se o maior valor da série (0,506). Com a pandemia de COVID-19 e a redução brusca de ocupação, sobretudo entre os trabalhadores precariamente inseridos no mercado de trabalho, a desigualdade do rendimento do trabalho diminuiu, fazendo o índice de Gini cair

<sup>6</sup> O índice de Gini é uma medida de concentração de uma distribuição, e seu valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

a 0,500 em 2020 e oscilar para 0,499 em 2021. Portanto, a recuperação de parte da população ocupada, entre 2020 e 2021, apesar de ter reduzido a média de rendimento, não modificou o perfil da distribuição de rendimento do trabalho do País.

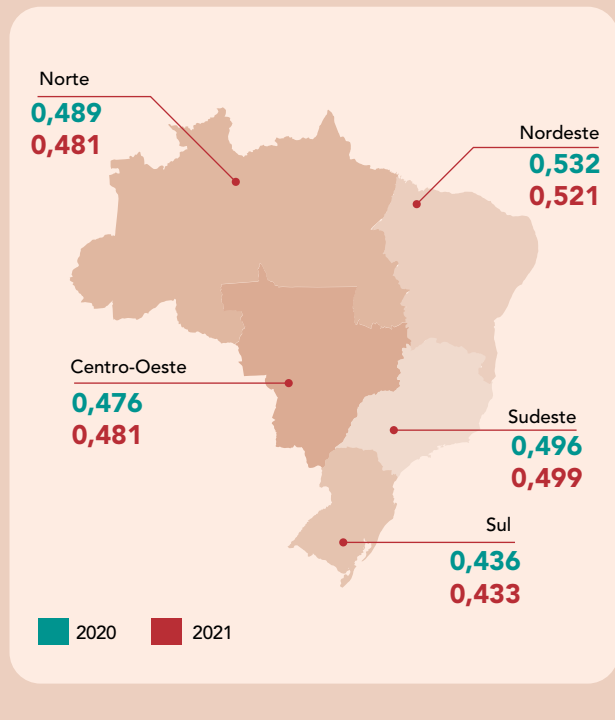
As Regiões Sul (0,433) e Centro-Oeste (0,481) apresentaram os menores índices enquanto a Região Nordeste (0,521), o maior, mantendo-se como a Região com a distribuição de rendimentos do trabalho mais desigual. De 2020 para 2021, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores reduções no índice (queda de 0,008 e 0,011, respectivamente), ao passo que as Regiões Sudeste e Centro-Oeste tiveram aumento da desigualdade do rendimento do trabalho no período (aumento de 0,003 e 0,005, nesta ordem).

### Índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões

#### Brasil

2012	2013	2014	2015	2016
<b>0,504</b>	<b>0,499</b>	<b>0,497</b>	<b>0,490</b>	<b>0,498</b>
2017	2018	2019	2020	2021
<b>0,498</b>	<b>0,506</b>	<b>0,506</b>	<b>0,500</b>	<b>0,499</b>

#### Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

- Notas: 1. A preços médios do ano.  
 2. Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.  
 3. Para o período 2012-2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

## Rendimento domiciliar per capita

### Participação dos diversos tipos de rendimento na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita

Em 2021, o rendimento de todos os trabalhos compunha 75,3% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita. Os 24,7% provenientes de outras fontes se dividiam em rendimentos de aposentadoria e pensão (18,2%) em sua maioria, mas também em aluguel e arrendamento (1,7%); pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (0,9%); e outros rendimentos (4,0%).

Até 2014 houve aumento da parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita, atingindo 76,9% nesse ano. A partir de 2015, aumentou a parcela relativa a outras fontes de rendimento, motivado, sobretudo, pelo comportamento de alta das aposentadorias e pensões, que alcançou 18,7% em 2018 e 2019. Em 2020, no entanto, aumentou a participação da rubrica outros rendimentos, que abarca, além do rendimento de aplicações financeiras, seguro-desemprego e seguro-defeso dentre outros, os programas sociais como Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS)<sup>7</sup> e o auxílio emergencial, criado para fazer frente à pandemia do novo coronavírus. Em 2021, com o início da flexibilização das medidas sanitárias e mudanças no auxílio emergencial, a parcela do trabalho no rendimento domiciliar per capita voltou a aumentar em 2,5 pontos percentuais, ao passo que o peso do rendimento de outras fontes se reduziu, sobretudo devido à rubrica de outros rendimentos (queda de 3,2 pontos percentuais).

Entre as Grandes Regiões, houve diferenças importantes na composição do rendimento domiciliar per capita, destacando-se a participação do rendimento de todos os trabalhos, que variou de 67,6%, na Região Nordeste, a 80,6%, na Região Centro-Oeste.

O rendimento proveniente de aposentadoria e pensão também apresentou diferenças regionais importantes: nas Regiões Norte e Centro-Oeste, a participação foi de 12,9% e 13,8%, respectivamente, vis-à-vis a participação de 22,4% registrada na Região Nordeste, 18,8% na Região Sul e 17,9% na Região Sudeste.

Merece destaque a redução da participação da rubrica de outros rendimentos nas Regiões Norte e Nordeste entre 2020 e 2021, reflexo de mudanças no pagamento do auxílio emergencial. Enquanto na primeira essa participação passou de 12,5% para 6,1%, na última a redução foi de 13,7% para 8,0%.

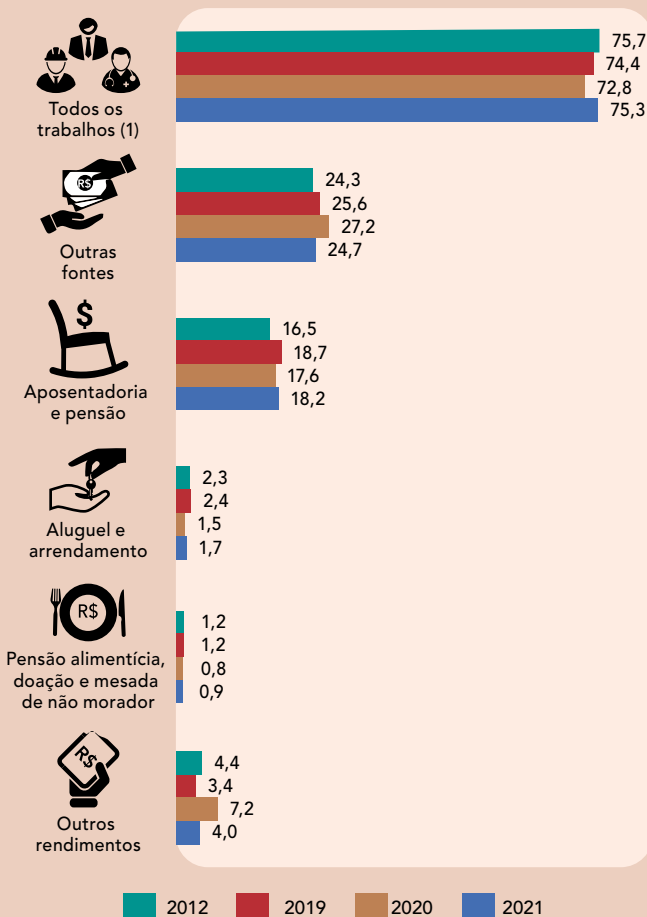
### Programas sociais do governo

Devido à pandemia do novo coronavírus e à necessidade de distanciamento social, em 2020, o governo federal criou o auxílio emergencial, benefício destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempre-

gados<sup>8</sup>. Na presente pesquisa, esse benefício entrou na rubrica de outros programas sociais, estando presente em 15,4% dos domicílios do País em 2021, após totalizar 23,7% dos domicílios em 2020, redução que pode ser explicada por mudanças na concessão do auxílio realizadas com a flexibilização das medidas sanitárias.

Como parte dos beneficiários do Programa Bolsa Família passou a receber o auxílio emergencial, entre 2019 e 2020 houve redução da proporção de domicílios que recebiam tal benefício (de 14,3% para 7,2%). Contudo, a diminuição do recebimento de outros programas sociais, em 2021, foi acompanhada pelo aumento da proporção de domicílios com algum beneficiário do Bolsa Família (8,6%). Por sua vez, a proporção de domicílios que recebiam BPC-LOAS se manteve em 3,1% no período.

### Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Para o período 2012/2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

<sup>8</sup> Para informações complementares sobre o auxílio emergencial, consultar o portal da Caixa Econômica Federal na Internet, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>.

## Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de rendimento	Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i>					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Todos os trabalhos (1)	75,3	79,5	67,6	76,0	76,5	80,6
Outras fontes	24,7	20,5	32,4	24,0	23,5	19,4
Aposentadoria e pensão	18,2	12,9	22,4	17,9	18,8	13,8
Aluguel e arrendamento	1,7	0,9	1,1	1,9	1,8	1,6
Pensão alimentícia, doação, mesada de não morador	0,9	0,6	0,9	0,9	0,8	0,9
Outros rendimentos	4,0	6,1	8,0	3,3	2,1	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Acumulado de quintas visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

As Regiões Norte e Nordeste apresentavam as maiores proporções de domicílios com beneficiários de programas sociais: respectivamente, 14,7% e 17,6%, recebiam rendimento do Programa Bolsa Família; 4,2% e 4,9%, recebiam rendimento do BPC-LOAS; e 21,9% e 25,0%, recebiam rendimento de outros programas sociais, sobretudo auxílio emergencial. Por outro lado, a Região Sul tinha as menores proporções independentemente do programa: Bolsa Família (3,0%), BPC-LOAS (1,9%) e outros programas sociais (8,3%).

A redução da proporção de domicílios que apresentavam algum beneficiário de outros programas sociais, entre 2020 e 2021, ocorreu em todas as Grandes Regiões.

## Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* cresceu 6,2% de 2012 a 2014 (de R\$ 1 417 para R\$ 1 505). A tendência de crescimento foi alterada em 2015 quando o rendimento caiu 3,1% ficando em R\$ 1 458. Em 2016, este continuou perdendo valor (queda de 1,3%), mas voltou a crescer entre 2017 e 2019 (aumento de 5,2%), atingindo a maior média da série (R\$ 1 520). Com a pandemia de COVID-19, o rendimento domiciliar *per capita* voltou a diminuir, caindo 4,3% em 2020 e 6,9% em 2021, quando foi estimado em R\$ 1 353, o menor valor da série histórica.

## Percentual de domicílios particulares permanentes por recebimento de programas sociais do governo, segundo as Grandes Regiões (%)

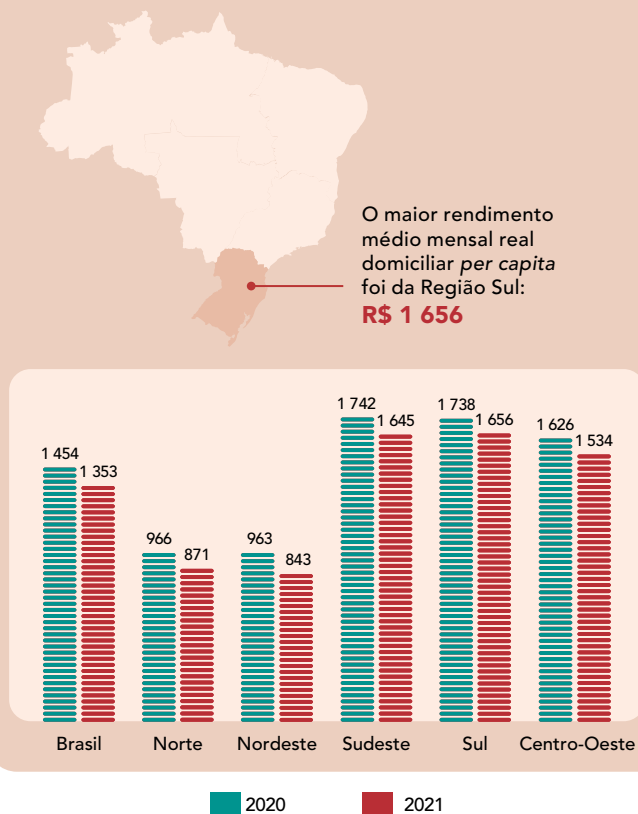
Brasil e Grandes Regiões	Recebimento de programas sociais do governo											
	Programa Bolsa Família				BPC-LOAS				Outros programas sociais			
	2012	2019	2020	2021	2012	2019	2020	2021	2012	2019	2020	2021
<b>Brasil</b>	<b>16,6</b>	<b>14,3</b>	<b>7,2</b>	<b>8,6</b>	<b>2,5</b>	<b>3,5</b>	<b>3,1</b>	<b>3,1</b>	<b>1,4</b>	<b>0,7</b>	<b>23,7</b>	<b>15,4</b>
Norte	28,4	26,3	12,9	14,7	3,8	5,7	5,0	4,2	2,7	0,5	32,2	21,9
Nordeste	34,8	29,0	14,2	17,6	4,4	5,4	4,5	4,9	1,7	0,8	34,0	25,0
Sudeste	8,0	7,5	4,0	4,7	1,5	2,5	2,4	2,3	1,2	0,6	19,7	11,5
Sul	7,2	5,1	2,9	3,0	1,6	2,1	1,7	1,9	0,8	0,5	14,4	8,3
Centro-Oeste	11,3	9,1	5,0	4,8	2,7	3,9	3,8	3,3	2,1	1,0	20,6	12,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Nota: Para o período 2012/2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.



### Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões (R\$)



### Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o recebimento de programas sociais do governo (R\$)

Recebimento de programas sociais do governo	2012	2019	2020	2021
Recebe Bolsa Família	423	390	409	365
Não recebe Bolsa Família	1709	1787	1566	1482
Recebe BPC-LOAS	790	822	855	788
Não recebe BPC-LOAS	1436	1548	1475	1373
Recebe outros programas sociais	708	743	833	616
Não recebe outros programas sociais	1430	1526	1687	1514

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Notas: 1. A preços médios de 2021.

2. Na composição do rendimento domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Para o período 2012/2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

Entre 2020 e 2021, houve redução do rendimento médio em todos os domicílios, mas com maior intensidade naqueles que tinham alguém recebendo algum programa social. Enquanto o rendimento domiciliar per capita dos domicílios beneficiários do Bolsa Família se desvalorizou em 10,8%, entre os domicílios não beneficiários a perda foi de 5,4%. Domicílios com alguém recebendo outro programa social tiveram redução de 26,1% no rendimento médio, sobretudo pela redução do valor do auxílio emergencial, enquanto aqueles sem beneficiários tiveram perda de 10,3%. A redução do rendimento médio dos domicílios por recebimento do BPC-LOAS foi menos discrepante: queda de 7,8% nos domicílios com beneficiários e de 6,9% naqueles sem beneficiários.

## Indicadores de concentração de rendimento

### Distribuição por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento mensal real domiciliar per capita<sup>9</sup>

Ao observar a estratificação em classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita em 2021, constatou-se que aproximadamente metade da população com menores rendimentos recebeu, em média, R\$ 415, o menor valor da série histórica. Se comparado a 2020 (R\$ 489), esse rendimento foi 15,1% menor, enquanto, na comparação com 2012 (R\$ 448), houve redução de 7,4% na média nacional.

<sup>9</sup> A fórmula de cálculo das estatísticas por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento aloca pessoas com igual rendimento no mesmo percentil da distribuição, ainda que isso afete a proporção exata de pessoas em cada classe. Desta forma, as classes apresentadas neste tópico corresponderão, aproximadamente, ao percentual indicado. Para informações mais detalhadas, ver Anexo 10 das Notas técnicas: versão 1.9 da PNAD Contínua, no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=notas-tecnicas>.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021.

Nota: 1. A preços médios de 2021.

2. Na composição do rendimento domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Acumulado de quintas visitas

As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores valores (R\$ 871 e R\$ 843, nesta ordem) e as maiores perdas entre 2020 e 2021 (de 9,8% e 12,5%, respectivamente). As Regiões Sul e Sudeste se mantiveram com os maiores rendimentos (R\$ 1 656 e R\$ 1 645, respectivamente).

Se comparado a 2012, o rendimento domiciliar per capita médio sofreu redução em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Região Norte (queda de 10,0%), onde passou de R\$ 968 para R\$ 871.

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita era diferenciado quando comparados os domicílios que recebiam ou não algum programa de transferência de renda, especialmente quando o benefício era do Programa Bolsa Família. O rendimento médio mensal real domiciliar per capita nos domicílios que recebiam o Bolsa Família foi de R\$ 365 em 2021, e naqueles que não recebiam foi de R\$ 1 482. Para os domicílios que recebiam o BPC-LOAS o rendimento médio domiciliar per capita foi de R\$ 788 e para os que não recebiam, R\$ 1 373. Por sua vez, nos domicílios que recebiam outros programas sociais o rendimento médio foi de R\$ 616, frente a R\$ 1 514 naqueles que não recebiam.

Na análise regional, observam-se diferenças importantes na ordem de grandeza dos rendimentos locais. A Região Sul (R\$ 670) apresentou a maior média de rendimento domiciliar *per capita* para a metade da população com menores rendimentos em 2021, e as Regiões Norte (R\$ 281) e Nordeste (R\$ 251), as menores. Entre 2020 e 2021, todas as Grandes Regiões tiveram redução no rendimento médio da primeira metade da distribuição, com destaque para as Regiões Norte e Nordeste, onde as perdas foram de 19,9% e 23,0%, respectivamente, o que pode ter relação com o recebimento do auxílio emergencial.

### Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* dos 50% da população com menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões (R\$)

Brasil e Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> dos 50% da população com menores rendimentos (R\$)			
	2012	2019	2020	2021
<b>Brasil</b>	<b>448</b>	<b>471</b>	<b>489</b>	<b>415</b>
Norte	302	297	351	281
Nordeste	274	279	326	251
Sudeste	598	631	614	541
Sul	676	747	720	670
Centro-Oeste	563	615	603	533

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Notas: 1. A preços médios de 2021.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P50 representa aproximadamente 50% da população com menores rendimentos.

4. Para o período 2012/2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

Na comparação entre 2020 e 2021, houve redução do rendimento domiciliar *per capita* médio em todas as classes de rendimento, mas com maior intensidade na primeira metade da distribuição, onde as perdas ficaram acima dos 10,0%, chegando a mais de 30,0% nas classes até 5% e mais de 5% até 10%.

De 2012 para 2020 também houve diminuição do rendimento domiciliar *per capita* médio em toda a distribuição, sobretudo nas duas primeiras classes de rendimento. A classe até 5%, cujo rendimento médio foi de R\$ 39 em 2021, apresentou redução de 48,0% na comparação com a estimativa de 2012 (R\$ 75), enquanto a classe mais de 5% até 10% (R\$ 148) diminuiu 25,3% no período.

A análise da concentração de renda por meio da distribuição das pessoas por classes de rendimento domiciliar *per capita* mostrou, em 2021, que as pessoas que estavam no último percentil de rendimento, ou seja, aquelas que faziam parte do 1% da população com rendimentos mais elevados (cujo rendimento médio mensal real era R\$ 15 940) recebiam, em média, 38,4 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos (cujo rendimento médio mensal real era R\$ 415).

Esta razão entre o rendimento médio do último percentil de pessoas com maiores rendimentos e o rendimento médio da metade da população com os menores rendimentos mostrou trajetória de redução de 2012 (38,2 vezes) até 2014 (33,5 vezes), a partir de quando voltou a crescer até alcançar o pico da série (39,8 vezes) em 2019. No início da pandemia do novo coronavírus, em 2020, a razão se reduziu para 34,8 vezes, devido a alterações ocorridas na composição do rendimento domiciliar com maior peso de outras fontes de renda, sobretudo outros rendimentos como o auxílio emergencial. Entretanto, em 2021, com a flexibilização das medidas sanitárias – que permitiu a retomada do mercado de trabalho – e os ajustes realizados no auxílio emergencial, essa razão voltou a aumentar (38,4 vezes), mas não o suficiente para alcançar o patamar de antes da pandemia.

### Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$)

	Até 5%	De 5% até 10%	Mais de 10% até 20%	Mais de 20% até 30%	Mais de 30% até 40%	Mais de 40% até 50%	Mais de 50% até 60%	Mais de 60% até 70%	Mais de 70% até 80%	Mais de 80% até 90%	Mais de 90% até 95%	Mais de 95% até 99%	Mais de 99% até 100%
<b>2012</b>	<b>75</b>	<b>198</b>	<b>313</b>	<b>449</b>	<b>587</b>	<b>752</b>	<b>953</b>	<b>1170</b>	<b>1531</b>	<b>2214</b>	<b>3482</b>	<b>6250</b>	<b>17128</b>
<b>2020</b>	<b>59</b>	<b>217</b>	<b>351</b>	<b>500</b>	<b>645</b>	<b>810</b>	<b>1018</b>	<b>1220</b>	<b>1571</b>	<b>2243</b>	<b>3514</b>	<b>6457</b>	<b>17033</b>
<b>2021</b>	<b>39</b>	<b>148</b>	<b>282</b>	<b>420</b>	<b>561</b>	<b>721</b>	<b>926</b>	<b>1140</b>	<b>1476</b>	<b>2139</b>	<b>3359</b>	<b>6237</b>	<b>15940</b>
Variação 2021-2020	↓ 33,9%	↓ 31,8%	↓ 19,7%	↓ 16,0%	↓ 13,0%	↓ 11,0%	↓ 9,0%	↓ 6,6%	↓ 6,0%	↓ 4,6%	↓ 4,4%	↓ 3,4%	↓ 6,4%
Variação 2021-2012	↓ 48,0%	↓ 25,3%	↓ 9,9%	↓ 6,5%	↓ 4,4%	↓ 4,4%	↓ 2,8%	↓ 2,6%	↓ 3,6%	↓ 3,4%	↓ 3,5%	↓ 4,3%	↓ 6,9%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Notas: 1. A preços médios de 2021.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 5% representa o P5 com aproximadamente 5% da população com menores rendimentos; a classe mais de 5% até 10% representa aproximadamente mais de 5% até 10% da população com menores rendimentos e assim por diante.

4. Para 2012, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

Em termos regionais, observou-se que a Região Nordeste apresentou a maior razão (43,7 vezes), seguida pelas Regiões Norte (36,2 vezes) e Sudeste (34,8 vezes), ao passo que a Sul continuou

a apresentar a menor razão (22,6 vezes). Entre 2020 e 2021, essa razão aumentou em quase todas as Grandes Regiões, exceto na Região Sul, onde passou de 22,9 para 22,6 vezes.

### Razão do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* entre o último percentil de pessoas com maiores rendimentos e a metade da população com os menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões

Brasil e Grandes Regiões	Razão do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> entre o último percentil de pessoas com maiores rendimentos e a metade da população com os menores rendimentos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Brasil</b>	<b>38,2</b>	<b>35,8</b>	<b>33,5</b>	<b>33,9</b>	<b>36,4</b>	<b>37,3</b>	<b>39,5</b>	<b>39,8</b>	<b>34,8</b>	<b>38,4</b>
Norte	40,9	43,1	34,5	34,7	33,8	38,3	42,2	36,0	28,5	36,2
Nordeste	41,5	39,8	38,0	37,1	42,6	48,8	39,8	45,9	37,9	43,7
Sudeste	33,0	31,1	29,2	31,0	32,0	31,5	36,8	35,9	32,7	34,8
Sul	26,2	22,6	22,3	20,7	23,1	23,3	24,0	24,2	22,9	22,6
Centro-Oeste	35,3	30,3	28,3	30,4	30,8	31,4	28,7	29,0	27,4	29,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Notas: 1. A preços médios de 2021.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P50 representa aproximadamente 50% da população com menores rendimentos e o último percentil representa aproximadamente 1% da população com maiores rendimentos.

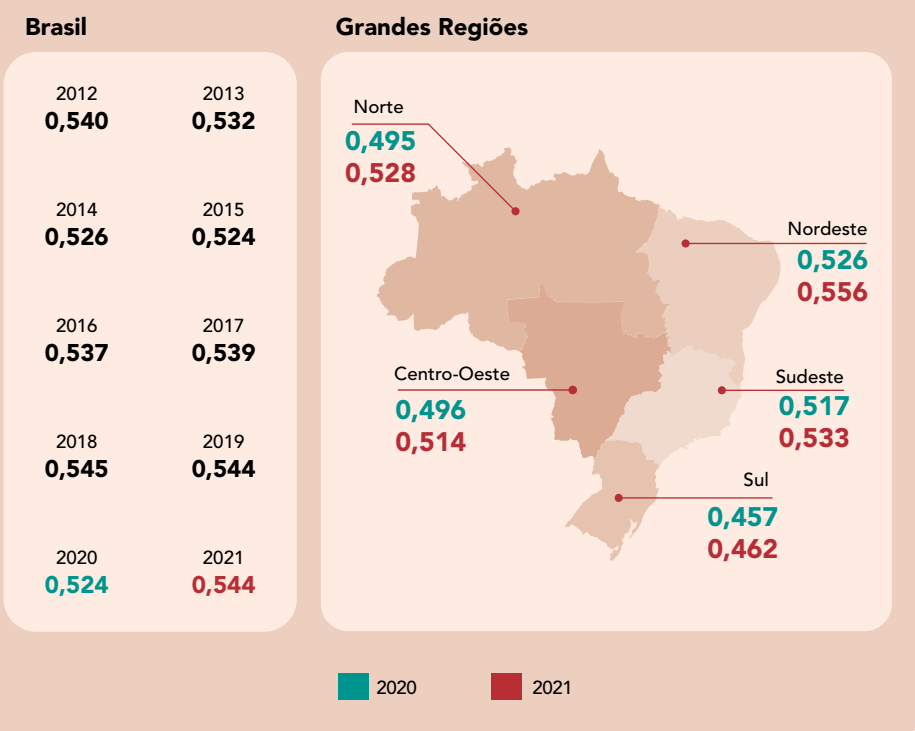
4. Para o período 2012-2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

### Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

Entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução da desigualdade do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* (de 0,540 para 0,524), que foi revertida a partir de 2016, quando o índice aumentou para 0,537, chegando ao maior valor da série histórica em 2018 (0,545). Após relativa estabilidade em 2019 (0,544), o índice de Gini se reduziu para 0,524 em 2020, mas voltou a aumentar em 2021, fechando a série no mesmo patamar de 2019 (0,544).

Como observado anteriormente por meio de outras medidas de desigualdade, a Região Nordeste se manteve com o maior índice de Gini em 2021 (0,556), ao passo que a Região Sul apresentou o menor índice (0,462). Entre 2020 e 2021, a desigualdade medida pelo Gini aumentou em todas as Grandes Regiões, sobretudo nas Norte e Nordeste, Regiões onde o recebimento do auxílio emergencial atingiu maior proporção de domicílios durante a pandemia de COVID-19 e que podem ter sido mais afetadas com as mudanças no programa ocorridas em 2021.

### Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Para o período 2012-2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2021, acumulado de quintas visitas.

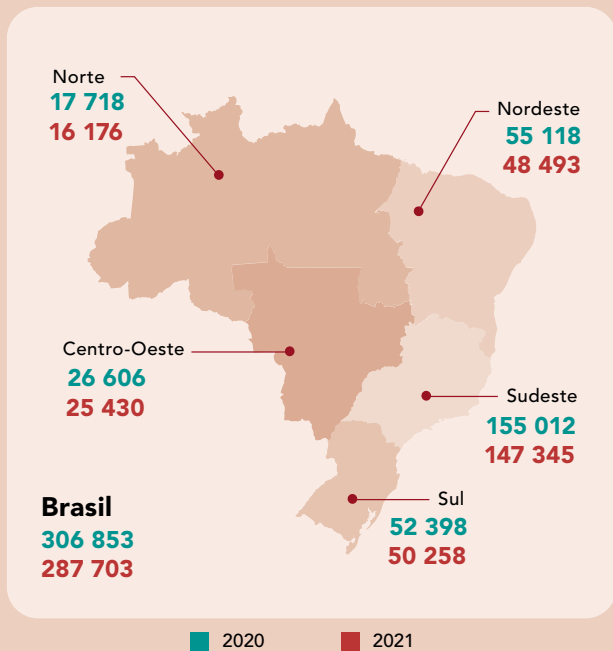
## Massa de rendimento mensal real domiciliar per capita

A massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita* totalizou R\$ 287,7 bilhões em 2021, 6,2% menor do que o estimado para 2020, cujo valor foi de R\$ 306,9 bilhões.

A Região Sudeste apresentou a maior massa de rendimento do País (R\$ 147,3 bilhões), o que correspondia a 51,2% da massa total. As Regiões Sul (R\$ 52,3 bilhões) e Nordeste (R\$ 48,5 bilhões) produziram juntas cerca de 1/3 da massa do País, enquanto as Regiões Norte (R\$ 16,2 bilhões) e Centro-Oeste (R\$ 25,4 bilhões) foram responsáveis pelo equivalente a 5,6% e 8,8%, respectivamente.

Entre 2020 e 2021, todas as Grandes Regiões apresentaram redução na massa de rendimento domiciliar *per capita*, com destaque para a Nordeste, onde a massa caiu 12,0%.

### Massa do rendimento mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões (milhões R\$)



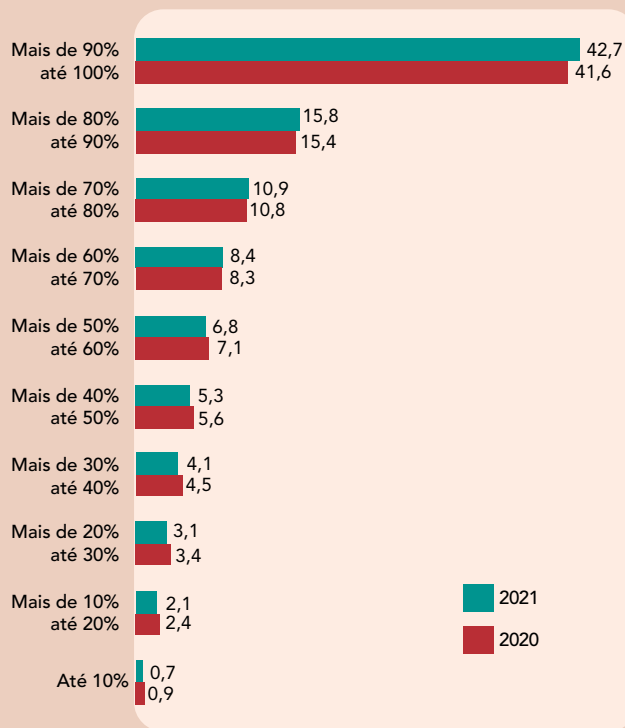
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021.

Nota: 1. A preços médios de 2021.

- Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.
- Acumulado de quintas visitas.

A parcela dos 10% com os menores rendimentos da população detinha 0,7% da massa, *vis-à-vis* 42,7% dos 10% com os maiores rendimentos em 2021. Além disso, cabe destacar que este último grupo possuía uma parcela da massa de rendimento maior que a dos 80% da população com os menores rendimentos (41,4%). Contudo, entre 2020 e 2021, o grupo dos 10% com maiores rendimentos ganhou participação na massa de rendimento domiciliar *per capita* (1,1 ponto percentual), enquanto os décimos de menor rendimento tiveram variação negativa.

### Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar per capita, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021.

Nota: 1. A preços médios do ano.

- Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.
- As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 10% representa o P10 com aproximadamente 10% da população com menores rendimentos; a classe mais de 10% até 20% representa aproximadamente mais de 10% até 20% da população com menores rendimentos e assim por diante.
- Acumulado de quintas visitas.

#### Expediente

##### Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,  
Coordenação de Pesquisas  
por Amostra de Domicílios

##### Normalização textual

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Documentação

#### Projeto gráfico

Centro de Documentação  
e Disseminação de Informações,  
Gerência de Editoração

#### Imagens fotográficas

Freepik

#### Impressão

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,  
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



**IBGE**

#### Links



Tabelas de resultados,  
notas técnicas  
e demais informações  
sobre a pesquisa

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>>